



A RESILIÊNCIA NA CONJUGALIDADE: UMA ANÁLISE DA FAMÍLIA NA FASE ADOLESCENTE

PEREIRA, Mônica Maria Costa Morais
*Mestre pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas
Sociais da
Universidade de Taubaté*
monica.psic@terra.com.br

17

LEÃO, Marluce Auxiliadora Borges Glaus
*Doutora e professora do Programa Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e
Práticas Sociais da Universidade de Taubaté*
mgleao08@gmail.com

RESUMO

Este estudo investiga a resiliência de dois casais na fase adolescente do ciclo vital da família, focalizando os desafios, os fatores de proteção, de riscos e as formas de superação vivenciados nesta fase, articulando as estratégias de enfrentamento promotoras de resiliência nestes casais, às questões da conjugalidade, família e desenvolvimento humano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou a entrevista semiestruturada, analisadas pela técnica de conteúdo de Bardin, à luz da teoria bioecológica, do constructo resiliência e da teoria sistêmica da família. Nos resultados os principais desafios foram as questões financeiras e os problemas com a educação dos filhos. Os riscos foram a traição conjugal, o desemprego e pouco tempo do casal para si. Como proteção utilizaram a espiritualidade, os modelos familiares e o apoio de grupo de casais. As estratégias de enfrentamento foram a psicoterapia, o sentimento de renúncia, o diálogo e a participação em grupos religiosos/sociais.

Palavras-chave: Resiliência. Família. Conjugalidade.

ABSTRACT

This study investigates the resilience of two couples in the adolescent stage of the life cycle of the family, focusing on the challenges, protective factors, risks and ways to overcome experienced this stage, articulating strategies of coping promoting resilience in these couples, the issues of marital, family and human development. This is a qualitative study, which used a semistructured interview analyzed using content Bardin, in focus of the bioecological theory, the construct of resilience and family systems theory. In the results, the main challenges were financial issues and problems with their children's education. The risks were marital betrayal, unemployment and little time for the couple themselves. Used as protection spirituality, family patterns and support group for couples. Coping strategies were psychotherapy, the feeling of resignation, dialogue and participation in religious / social groups.

Key-words: Resilience. Family. Conjugalinity.



INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios pelos quais passam os casais em suas conjugalidades, e suas consequências, geralmente, recaem sobre a família. Buscar o entendimento sobre esta questão e a compreensão de seus modos de superação faz-se necessário, considerando a conjugalidade como base do desenvolvimento humano.

Conhecer os processos de resiliência utilizados pelos casais ao longo da relação conjugal e consequências desses processos para a família e para seu desenvolvimento humano foi o objetivo central desta pesquisa.

A resiliência, enquanto um termo “adaptado ao campo das ciências da saúde, foi relacionado à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade” (CERVENY, 2006, p.1), e a conjugalidade como “[...] a ideia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas” (DIHEL, 2002, p.138). A família por sua vez é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue e/ou de afinidade (DINIZ, 2008).

Em relação à resiliência da família, Souza e Cerveny (2006, p. 119), após alguns estudos, afirmam tratar-se de

[...] um processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão do mundo. Enfatizaram que este processo passa pelos recursos internos da família e os externos da comunidade, levando-se em conta ainda o fator espiritual.

Inicialmente, a resiliência foi considerada uma característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida, sem nunca sofrer alterações. Depois, sob a influência da teoria cognitivo-comportamental, o conceito adquiriu o foco de aprendizagem social, pois se aprendia a ser resiliente e, finalmente, sob uma terceira perspectiva, a interacionista, a resiliência advém da conjugação de muitos elementos que oscilam em determinados momentos da vida (BARLACH, 2005).

O que é fundamental na percepção da evolução do conceito de resiliência é o fato de não ser considerada um atributo do nível intrapsíquico exclusivo da pessoa, mas que se relaciona com diversas redes de apoio, como a família, os amigos, a religião, passando a ter um caráter sistêmico e relacional.



Paradigmas, valores e crenças sobre a conjugalidade, considerados imutáveis e universais, vêm sendo cada vez mais questionados e invalidados. Assim, a questão que se coloca é: em quem o homem vai buscar referências?

A resposta para essa questão talvez encontre suporte no desenvolvimento da resiliência humana. Diante de um mundo em constantes mudanças, por vezes abruptas, desde as macro até as micro catástrofes que ocorrem na singularidade de uma família, no seu núcleo de conjugalidade ou na subjetividade de um único indivíduo, só *a posteriori* é passível de avaliação, ou seja, somente depois do ocorrido é que se pode analisar como cada situação afetou os envolvidos.

O que interessou aqui estudar foi como a presença de fatores protetores na conjugalidade podem auxiliar os casais. Entender também o modo sobre como tais fatores concorrem para o processo de resiliência e contribuem para o desenvolvimento dos casais e da família.

Nas últimas três décadas, fatores como a independência da mulher, questões de ordem socioeconômicas, descobertas científicas, entre outros, mudaram a forma de estabelecer esse relacionamento e os sentimentos se tornaram os motores da conjugalidade, razão pela qual esse conceito passou a existir. Sobre ela foram depositadas expectativas pessoais de completude e níveis de realização, surgindo como efeito na pós-modernidade o grande paradigma das individualidades versus a conjugalidade.

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou por meio do matrimônio.

Formar um casal e constituir uma nova família é uma das possibilidades que o indivíduo tem de constituir vínculos duradouros. Assim, o que chamamos de 'o nascimento emocional da família' é um processo que implica a construção gradual de um vínculo que propicie apego e cumplicidade e também independência e autonomia emocional (CERVENY, 1997).

O panorama social, na atualidade, apresenta múltiplas conjugalidades que se estruturam, desestruturam e se reestruturam, em um ritmo muito acelerado, fazendo com que as pesquisas neste campo assumam grande importância para a compreensão desses fenômenos. Na



atividade clínica, o que se verifica é o sofrimento perante a separação e o recasamento (FERES-CARNEIRO, 2011).

Pensar a resiliência na conjugalidade e seus impactos para a família é pensar, de modo interdisciplinar, sobre todos os contextos sociais, afetivos, históricos e econômicos que perpassam a trajetória destes casais e dos novos arranjos que buscam respostas a essas demandas, modificando a realidade e sendo por eles modificados.

Acredita-se que, ao conhecer os desafios e riscos que os casais atribuem à vida em comum, assim como os recursos de proteção, pode-se contribuir para a compreensão deste fenômeno na conjugalidade. Dessa forma, este estudo soma-se às pesquisas já existentes que têm como foco as estratégias de superação das famílias perante as adversidades.

RESILIÊNCIA

Há mais de 40 anos a ciência tem se interrogado sobre o fato de algumas pessoas terem a capacidade de superar as piores situações, enquanto outras ficam aprisionadas nas malhas da infelicidade e da angústia que se abateram sobre elas. Algumas se levantam após um grande trauma e conseguem forças para continuar seu caminho; outras, não.

Essas pessoas têm sido chamadas de resilientes pelos que estudam o fenômeno da resiliência e por todos que se interessam por saber sobre o modo como o ser humano elabora suas dores, enfrenta suas dificuldades e consegue responder a essas questões de modo a sair fortalecido das experiências.

Portanto, resiliência é a capacidade do indivíduo de garantir sua integridade, mesmo nos momentos mais críticos (SOUZA; CERVENY, 2006).

A heterogeneidade, nas diferentes áreas do desenvolvimento humano, remete à impossibilidade de se esperar uma adaptação resiliente por igual em todas as áreas de desenvolvimento (LUTHAR; CICHETTI; BECKER, 2000). A uniformidade no desenvolvimento humano, a capacidade de adaptação positiva em relação aos mais diferentes aspectos não ocorre nem mesmo nos casos considerados de desenvolvimento normal.

Tavares (2001 *apud* CARMELO, 2008, p. 64) alerta para o fato de que



[...] o desenvolvimento de estruturas mais resilientes não deverá nunca encaminhar-se no sentido do fechamento, mas na abertura ao outro, um dos distintivos essenciais da pessoa, reforçando assim os laços, das relações intra e interpessoais em plataformas autênticas, verdadeiras, mais justas, em que a liberdade, a responsabilidade, a confiança, o respeito, a solidariedade, a tolerância não sejam palavras vãs.

A principal contribuição dos estudos de Fonagy *et al.* (1994) foi estudar a influência do processo de transmissão multigeracional no desenvolvimento da resiliência, ressaltando a qualidade do vínculo nos dois primeiros anos de vida, a partir do relacionamento com os pais ou cuidadores, em que a criança desenvolve expectativas relacionadas a si mesma e aos seus cuidadores, organizando seu relacionamento com outras pessoas. A presença de pelo menos um modelo positivo de relacionamento que transmita segurança é suficiente para favorecer a resiliência na criança, na medida em que o cuidador deve organizar seu relacionamento de forma segura, servindo como mediador entre ela e as situações difíceis.

Mais tarde, foi acrescentada aos estudos sobre a resiliência a questão dos contextos e das redes de relacionamento como fatores protetores, focalizando o desenvolvimento individual saudável em condições difíceis, no ambiente familiar ou em situações ambientais, tais como guerras, imigração, problemas sociais, entre outras situações similares.

Portanto, resiliência é um conceito construído sócio-historicamente, impregnado de valores e significados próprios da cultura em que se insere. Fatores de risco e protetores são diferentes dependendo da população e de suas origens.

A compreensão do modo como a família viabiliza a resiliência se correlaciona, segundo Walsh (2005), com as relações de apoio que as famílias possuem e se tornam um fator de proteção para esta resiliência. Se considerar a adaptação à crise como um movimento familiar que permita oferecer um sentido à experiência vivida, essa adaptação pode colaborar ou não com o desenvolvimento da resiliência.

Entre os fatores de risco, Walsh (1996) classificou aqueles associados à vulnerabilidade a predisposições individuais e os ambientais que precipitavam ou potencializavam o estresse, tais como a pobreza, a discórdia marital, a morte parental, a doença mental ou física, entre outros. Em relação à criança em situação de risco, a existência de fatores denominados protetores favorecem seu desenvolvimento.

Em relação à conjugalidade faz-se importante esclarecer o que se chamou de risco e proteção. Entende-se por risco uma experiência com alta probabilidade de desencadear ou



associar-se ao desencadeamento de uma determinada ocorrência indesejada (SAPIENZA; PEDRONÔMICO, 2005). O que é considerado risco em um contexto pode não ser em outro; o que é risco em uma fase da vida, poderá não ser em outra, por exemplo, a presença de doenças não é um fator de risco na fase de aquisição do casal, mas, com certeza, o é na fase última. Assim, a noção sobre o que é o risco também implica uma interpretação da realidade como organizadora de comportamentos e práticas construídos socialmente (CHAMON; MORAES, 2011).

“Os fatores de risco estão relacionados a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes no seu contexto, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais” (POLETTI; KOLLER, 2006, p.31).

Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas individuais a determinados riscos de desadaptação. Além disso, enfatiza-se também uma abordagem de processos, nas quais diferentes fatores interagem entre si e modificam o percurso do indivíduo, tanto para produzir uma experiência estressora como uma protetora em seus efeitos.

As estratégias para medir a adaptação positiva em pesquisas sobre resiliência são similares às estratégias descritas para medir adversidade. Luthar e Cushing (1999) distinguem três formas de definir a adaptação positiva: a) adaptação segundo fatores múltiplos, b) medida com base na obtenção de metas, c) consideração da etapa de desenvolvimento da pessoa. Em cada comunidade, o que se define como adaptação positiva varia, mas o importante é que esteja relacionado à definição de risco. A ausência de desajuste é um tipo de medição que se utiliza em pesquisa de resiliência em pessoas com sério risco de ocorrência de aspectos psicopatológicos.

Rutter (1987) afirma também que os fatores de proteção podem não se fazer presentes quando não há fatores estressores em jogo, visto que sua função é alterar a resposta da pessoa quando do enfrentamento de um risco. O autor defende ainda que: a) nem todo fator de proteção é uma experiência agradável; b) fatores de proteção só aparecem mediante um risco; c) fatores de proteção são também qualidades dos sujeitos.

A noção de processo descarta definitivamente a concepção de resiliência como um atributo pessoal e incorpora a ideia de que a adaptação positiva não é tarefa apenas da criança, e que família, escola, comunidade e sociedade devem prover recursos para que ela possa se desenvolver mais plenamente (WALSH, 2005).



Para se analisar a resiliência é preciso levar em conta três grupos sociais: 1. As crenças e os valores; 2. Os processos de comunicações e padrões de organização que dão suporte para desenvolvimento de grupos saudáveis; 3. A compreensão do que ocorre em termos individuais (YUNES, 2006).

Em relação ao que as pessoas lançam mão mediante as situações ou desafios que se configuram riscos, ou seja, estratégias, é necessário lembrar que este termo comporta muitos significados. Assim como a resiliência, dependem da interação de características individuais, contextos familiares e sociais. Porém, uma vez estabelecidas, as estratégias funcionam como um fator fundamental de proteção ao risco, e, se forem eficazes, produzindo a resolução do problema, proporcionarão a resiliência (GARMEZY; RUTTER, 1988).

FAMÍLIA

A etimologia da palavra família vem do latim *famulus*, que significa “as coisas e pertences do senhor” (BARRETO *et al.*, 2009).

Segundo Andolfi (1984) citado por Feres-Carneiro, “família é um sistema constituído de varias unidades ligadas no conjunto por regras de comportamento e funções dinâmicas, em constante interação entre elas e no intercâmbio exterior”. Faz-se importante a exploração das relações interpessoais nos grupos significativos aos quais o indivíduo pertence, para que se possa formular intervenções eficazes (FERES CARNEIRO, 2011 p.81).

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos unidos por laço de sangue e/ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento/conjugalidade. O conceito de família, enquanto abstração indeterminada significa que, em todas as épocas, existiram características comuns a todas as diferentes formas históricas da família (DINIZ, 2008).

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou a partir do matrimônio.



A família, constitucionalmente prevista no texto de 1988 (BRASIL, 1988), foi reconhecida sob três espécies: casamento, união estável e famílias monoparentais, entendendo que o conceito de família advindo apenas das relações que se estabeleciam no casamento não servia mais para representar a família na contemporaneidade.

Atualmente esses conceitos têm mudado consideravelmente. São mudanças radicais que interferem diretamente nas concepções de família. Hoje os novos parâmetros construídos por meio da realidade social e cultural mudam a forma como as pessoas se comportam, mas não mudam o essencial, o que une as pessoas em torno de uma instituição chamada família.

Neste sentido, a família pode ser vista como um sistema em constante transformação, evoluindo graças a sua capacidade de diminuir sua própria estabilidade e, então, recuperá-la através de uma reorganização de sua estrutura, com novas bases. A família, como um sistema aberto, experimenta pressões em direção à mudança, tanto internamente, através dos papéis de membros individuais da família satisfazendo as exigências de seus ciclos de vida, como externamente, através das exigências sociais (ANDOLFI *et al.*, 1984).

De acordo com Cerveny (1997), na atualidade, a família ainda é marcada por valores, crenças e ideais trazidos de vários tempos, e que se apresentam ao mesmo tempo, o que torna a família uma instituição em que se concentram várias contradições, levando-se em conta que as escolhas de cada uma delas dependerão de todos os envolvidos.

Segundo Minuchin (1990) a família, enquanto formadora da matriz da identidade, tem um duplo sentido para seus membros, o de garantir-lhes pertencimento e o de viabilizar a alteridade, sendo o pertencimento aquele que garantiria à criança a acomodação aos grupos familiares e aos seus padrões transacionais, os quais irão acompanhá-los durante os diferentes acontecimentos da vida. Importante também se faz compreender a família como um sistema aberto que recebe e envia influências para os demais contextos, buscando sempre se adaptar às exigências dos estágios de desenvolvimento nos quais se encontra.

O que caracteriza essa relação é sua dinâmica de funcionamento, correspondendo a um conjunto de exigências invisíveis que organizam as interações. Essas, ao serem sucessivamente repetidas, passam a constituir um padrão familiar e regular no comportamento de seus membros.

Este processo se inicia na união conjugal, na qual cada um se apresenta com seus valores e expectativas que devem ser conciliados, perdendo em individualidade para ganhar em



pertinência. É isto que constrói a base a partir da qual se somarão as experiências de participação em diferentes subsistemas familiares, contextos e grupos extra familiares, complementaridade entre família e sociedade. Neste sentido, Walsh (2005) esclarece que as famílias tendem a se desenvolver melhor quando conseguem encontrar um equilíbrio entre a intimidade e as diferenças; esse autor utiliza o termo “conexão” para falar do equilíbrio entre a unidade por um lado e, por outro, a autonomia de cada indivíduo.

Manter a tradição do antigo modelo familiar está cada vez mais difícil, devido às várias transformações no âmbito social. Do ponto de vista jurídico, têm ocorrido mudanças na legislação para dar conta dos vários fenômenos sociais, como a união livre, os filhos naturais e a legalização da união homoafetiva,

A chamada ‘família mosaico’ diz respeito àquelas surgidas dos recasamentos nos quais cada um dos parceiros, ou somente um, vem trazendo consigo os filhos ou agregados de outras uniões anteriores. Isso porque se pode definir mosaico como a arte de unir peças partidas, quebradas ou recortadas, colando-as próximas umas das outras, produzindo um determinado efeito visual.

A família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes. Esse processo dual de continuidade e crescimento permite o desenvolvimento da família como a unidade e, ao mesmo tempo, assegura a diferenciação de seus membros (ANDOLFI; MENGUI; NICOLÒ-CORIGLIANO, 1984, p. 18).

Nesta pesquisa, a análise procurou focalizar não os problemas, mas a capacidade que a família tem de enfrentamento e os recursos que possui para lidar com as dificuldades. A família tem um papel determinante no processo da resiliência individual na medida em que é nela que se processa a construção da autoestima de seus membros. Este fator é fundamental para o desenvolvimento dessa resiliência, assim como as crenças que cada família constrói constituem a essência de seu funcionamento, podendo ser esta uma força poderosa para a resiliência, oferecendo combustível para que a família busque por soluções e crescimentos (WALSH, 2005).

Walsh (2005) traz como processos chaves da resiliência familiar: **1- Sistemas de crenças:2- Padrões de organização: 3- Processos de comunicação:**



Elaborar uma leitura dos fenômenos, a partir deste modo sistêmico, permite verificar as várias intersecções dos indivíduos com a família, e desta com os vários níveis sociopolítico e social que a circundam, analisando a conexão entre os sistemas, subsistemas e macrosistemas.

Minuchin (1990) valoriza a estrutura familiar e sua abordagem dá grande valor à análise e intervenção nos subsistemas, que são grupos demarcados por fronteiras internas, como o subsistema fraternal e o conjugal, cujos focos estão permanentemente nas interações entre os membros da família.

CONJUGALIDADE

O termo conjugalidade aqui adotado corrobora a concepção de Dihel (2002, p. 138)

Um neologismo da palavra conjugar, que dá a idéia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em parte, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade.

A conjugalidade, segundo Magalhães e Feres Carneiro (2003), é compreendida como uma estrutura composta a partir da individualidade dos membros de um casal e do interjogo dinâmico do par conjugal, ou seja, seria um eu conjugal, um sistema com funcionamento autônomo. Para Menezes e Lopes (2007), uma das características centrais da conjugalidade é a oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação entre os membros do casal.

Conviver sempre foi um desafio para o homem, porém, nas relações de intimidade, isso fica mais evidente, considerando a sociedade moderna individualista, que legitima a fragilidade e a descontinuidade das relações afetivas, resultando em superficialidade e empobrecimento. “Sem contar as várias dificuldades e contradições que estes modos de relação têm trazido a todos na atualidade” (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 107).

Ao partir, o jovem casal em lua de mel leva suas expectativas, cabendo-lhes a árdua e difícil tarefa de começarem, dali em diante, a rever essas expectativas frente ao que o outro possa lhe oferecer e isso exige muito de cada um, considerando que trazem em suas bagagens



internas os modelos de suas famílias de origem e os registros de como seus pais o educaram, os valores, as crenças, os mitos e a prática da arte de educar desta família.

Vários autores trazem a conjugalidade como fonte de bem-estar, na medida em que a ligação com alguém significativo traduz-se em um ponto de apoio emocional, aumentando a autoconfiança. Porém, essas vivências dependem do nível de satisfação que a conjugalidade proporciona, explicando o fato de que a maioria das pessoas quer se casar, acreditando ser este o melhor espaço para a satisfação de seus desejos afetivos, de intimidade emocional e sexual (NARCISO, 2009).

A preocupação com a conjugalidade é antiga, segundo Terman et al, apud Feres-Carneiro (2010), que realizou a primeira medida de qualidade conjugal utilizando apenas uma pergunta para avaliar a felicidade e a satisfação dos cônjuges, a saber: “o que diferencia os casais felizes dos infelizes?” Constata-se não existir ainda um consenso teórico sobre isso, visto que a felicidade conjugal é uma questão multidimensional, muito subjetiva e sobre a qual variam as teorias que embasam as pesquisas. Porém, as mais utilizadas, segundo Diehl e Wagner (2002), são: a Teoria da Troca Social, que afirma serem as variáveis do meio, tanto os obstáculos como a sua superação, fundamentais para avaliar o relacionamento conjugal; a Teoria da Crise, que analisa o modo como lidam com as situações adversas e superam os obstáculos; a Teoria do Apego, que valoriza as primeiras interações e a quarta é a Teoria dos Sistemas Familiares, que pressupõe a ideia de família como criadora de um sistema próprio e com dinâmicas específicas. Essas teorias têm em comum a valorização do contexto, a capacidade de autoavaliação e de superação dos problemas fundamentais na delimitação daquilo que se possa chamar de qualidade conjugal, colaborando com a manutenção da relação.

Karney e Bradbury (1995) apontam que a união das três teorias (do apego, da crise e da troca social) criou um modelo interacionista que valoriza o contexto, os recursos pessoais e os processos adaptativos como fundamentais para a conjugalidade. Pode-se concluir, a partir das leituras e pesquisas realizadas, que o fenômeno da conjugalidade é multidimensional e que os estudos nessa área têm que ser realizados de maneira interdisciplinar, para que uma compreensão mais próxima da realidade seja possível.

O que se constata na literatura pesquisada é que a conjugalidade só se mantém enquanto responde a esses anseios narcísicos, de que os cônjuges sejam exatamente como se deseja; oscilando entre esperar dos parceiros (as) a completude (que não existe), abrindo espaços para a



frustração e, se isso não ocorre, os parceiros são descartados por não corresponderem a esse lugar idealizado FERES-CARNEIRO, 1994, 1998, 2010; JABLONSKI, 1995, 1998, 2003).

O conceito utilizado pelos teóricos da conjugalidade é o de afetividade líquida. Em sua definição de amor líquido, Bauman aponta que, hoje, os relacionamentos são de “bolso”; só servem se posso carregar de modo fácil e sem esforço algum e esclarece que já existem condições prévias. Para se travar um relacionamento, como “primeira condição deve-se entrar no relacionamento plenamente consciente e totalmente sóbrio. Lembre-se: nada de amor à primeira vista aqui” (BAUMAN, 2004, p.37).

Nessa perspectiva, a rapidez com que os relacionamentos afetivos nascem e são descartados está diretamente ligada à dificuldade de sair do mundo idealizado em que tudo é possível, em se distanciar de toda a gama de valores líquidos da sociedade pós-moderna, entendendo os sentimentos como mercadorias que só se mantêm enquanto servem ao indivíduo.

Feres-Carneiro (2011) lembra, ainda, que os valores que regem os relacionamentos estão mudando. O que se verifica, na atualidade, é uma prioridade dos parceiros de iniciarem uma união conjugal da prevalência de bens materiais e de relações sexuais em detrimento dos sentimentos.

Nesse sentido, existe toda uma estruturação construída na sociedade e vendida nas mídias de que existe “a perfeição”, “a completude”. A ideia de montagem e construção do “outro”, de acordo com os desejos e expectativas de cada um dos envolvidos, não se baseia na aceitação do outro enquanto alteridade e diferença e, por isso, o “encontro” pode ser belo.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, realizada com dois casais do interior paulista, em junho de 2013, na Universidade de Taubaté, tendo sido aprovada pelo comitê de Ética em pesquisa numero 356/12.

O instrumento utilizado foi o da entrevista semiestruturada, composta de cinco pautas que buscaram responder aos objetivos propostos por esta pesquisa.

A análise para coleta de dados foi realizada através da análise de conteúdo de Bardin.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fase adolescente caracteriza-se pela presença dos filhos já adolescentes, fase em que o casal experimenta a revivência da própria adolescência com toda a gama de questões próprias deste momento, como a sexualidade e a busca pela demarcação da identidade, propiciando ao casal enfrentamentos de situações por vezes adormecidas, como também a oportunidade de ritualizarem coisas que não foram vividas (CERVENY; BERTHOUD, 1997).

Na fase adolescente, os casais pesquisados citaram que os desafios foram às questões financeiras, somadas às diferenças para com a educação dos filhos adolescentes, o que envolveu mudanças nas condutas dos cônjuges para lidar com estes.

Pode-se verificar que, em muitos momentos, alguns desafios se tornaram um risco para a conjugalidade, na medida em que os casais não se sentiam fortalecidos para enfrentá-los. Tais riscos se concentraram em torno da traição vivida por um dos casais, o que gerou dificuldades na educação dos filhos e muitas mágoas por parte de um dos cônjuges. As dificuldades financeiras se apresentaram associadas à perda do emprego e, para a superação desse risco, a consequência foi o pouco tempo do casal para si, pois precisaram trabalhar e estudar mais. Os casais relataram utilizar como proteção a força advinda da espiritualidade, os modelos familiares internalizados, a participação em grupos de casais, pelos quais foram apoiados, o que gerou amadurecimento. Como estratégias de enfrentamento, recorreram à ajuda psicológica profissional, a atitudes de renúncia, ao diálogo e à participação em grupos religiosos/sociais.

O equilíbrio buscado pelos casais transitou por meio de movimentos contínuos/descontínuos, como se apresenta todo processo de desenvolvimento. Caminhando da estabilidade para a desorganização diante das crises para depois se reestruturar novamente, mas sempre partindo de um patamar maior do que o anterior, superando as adversidades por meio das aprendizagens e usando de resiliência no que se refere àquele aspecto já vivenciado.

Constatou-se que as mudanças presentes na contemporaneidade geraram desafios e ansiedades aos cônjuges, assim como para suas conjugalidades, solicitando novas respostas frente às transformações sociais rápidas e contínuas. Os enfrentamentos foram possíveis no micro contexto, apoiando-se nas famílias e no meso contexto, como a igreja, os grupos sociais.

Ao que tudo indica, a flexibilização de fenômenos do mundo atual alargou as fronteiras e mudou o panorama no modo de se estabelecer as relações, produzindo uma fluidez constante



que, sob um primeiro olhar, pode ser tomada como benéfica e, porque não “moderna”; mas que no nível de construção dos processos identitários, gera inseguranças, medos e ausência de referências. Para os casais surge, nesta fase, a crise da maturidade, envolvendo a análise das satisfações ou frustrações, sob os vários pontos de vista pessoal, profissional e conjugal, momento de intensas renegociações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste estudo vão ao encontro das pesquisas apresentadas anteriormente sobre a resiliência na conjugalidade, nas quais a conjugalidade é vista por todos como uma fonte de vida, de realização e de grande investimento afetivo, fenômeno das relações humanas que está longe de deixar de existir, ocorrendo na contemporaneidade a busca por relacionamentos que propiciem melhores condições de manutenção das identidades e que permitam o desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros (FERES-CARNEIRO, 1998), o que tem exigido dos casais a administração das categorias de risco permeadas pelas categorias de proteção, frente os desafios advindos ao longo do ciclo vital. Assim, a resiliência para estes casais é um processo multidimensional e que compreendê-lo exige pensar na interação de muitos fatores.

Constatou-se que as relações vivenciadas com a família de origem foram importantes na vida dos casais, fornecendo-lhes a base para os comportamentos na conjugalidade. Além disso, as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa processadas durante o ciclo sugerem ter produzido, de forma dinâmica, a maneira como se estabeleceram as relações no processo da conjugalidade. Ou seja, a ocorrência dos processos proximais como aqueles em que as relações de afetividade experimentaram a troca de energia entre os cônjuges e em várias direções na vida do casal (como participar de grupos de casais ou realizar atividade solidária).

Espera-se que este trabalho alerte para as necessidades dos múltiplos apoios institucionais requeridos pelos casais e suas famílias em relação aos desafios, em face das vulnerabilidades as quais estão submetidos, como as financeiras, não se limitando a estas e que,



além do suporte social, pressupõem apoio psicológico e acolhimento para que estes casais possam se fortalecer.

Verificou-se que muitos são os desafios e os riscos enfrentados pelos casais em suas conjugalidades, mas o desenvolvimento de ações resultou em resiliência, permitindo a eles a continuidade de suas conjugalidades e vínculos mais saudáveis, um movimento de aprendizado, partilha e solidariedade, o que refletiu para a família na oferta de segurança aos descendentes.

Reconhecer os mecanismos que atuam como proteção nesta fase do casamento mostra-se uma ferramenta fundamental para o planejamento de ações efetivas que visem minimizar a vulnerabilidade as quais os casais e as famílias estão expostos, com vistas a oferecer suporte à redução de suas problemáticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; MENGUI, P.; CORIGLIANO, A. M. N. *Por trás da máscara familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

BARLACH, L. *O que é resiliência humana? Uma contribuição para a constituição do conceito*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BARRETO, A. F. *ISS na Constituição e na Lei*. São Paulo: Dialética, 2009.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

CARMELO, E. *Resiliência: a transformação como ferramenta para construir empresas de valor*. 3 ed. São Paulo: Gente, 2008.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. *Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa*. Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O.; SOUZA, M. T. S. Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. *Interamerican Journal of Psychology*, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006.



CHAMON, E. M. Q. O.; MORAES, P. M. A representação social do risco em atividades potencialmente perigosas. *Temas em Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 243-252, 2011.

DIEHL, J. A.; WAGNER, A. *A família em cena*. Petrópolis: Vozes, 2002.

DINIZ, M. H. *Dicionário jurídico: A-C*. São Paulo: Saraiva, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Terapia de Casal: ruptura ou manutenção do Casamento?* Temas em Psicologia. v. 2, n. 2, agosto de 1994, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200005&script=sci_arttext>

Acesso em 30/mai./2012. *Família: diagnóstico e terapia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FÉRES-CARNEIRO, T. *Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade*. *Psicologia: reflexão e Crítica*. v. 11, n.º 2, p. 379-394, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/ mai./2012. _____. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. São Paulo: Loyola, 2003.

FÉRES-CARNEIRO, T; DINIZ NETO, O. *Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais*. *Paidéia*. v. 20, n.º 46, p. 269-278, agosto 2010, Ribeirão Preto. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/ mai./2012. _____. (Org.) *Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia*. Itatiba: Casa Psi, 2011.

FONAGY, P. STEELE, M.; STEELE, H.; HIGGITT, A.; TARGET, M. The Emanuel Miller Memorial Lecture 1992. The Theory and Practice of Resilience. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. V. 35. n.2 p.231-237, 1994.

GARMEZY, N; RUTTER, M. *Stress, coping and development in children*. McGraw-Hill, Nova York, 1988.

JABLONSKI, B. (org.) *Afinal, o que quer um casal?* Programa de Pós-Graduação PUC. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2003. Disponível em: <<http://bernardojablonski.com/pdfs/producao/afinal.pdf>>. Acesso em: 30/ mai./ 2012.

JABLONSKI, B. A difícil extinção do Boçalossauero. In: NOLASCO, S. (Org.) *A desconstrução do Masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.p. 156-165

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1994000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 30/mai./2012

KARNEY, B. R.; BRADBURY, T. N. *Assessiny Longitudinal change in marriage: An instriduction to the analysis of growth curves*. Journal of Maniage and the Family, 1995.



LUTHAR, S. S.; CICCHETTI, D.; BECKER, B. *The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work*. *Child development*, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.

LUTHAR, S; CUSHING, G. *Measurement Issues in the Empirical Study of Resilience*. New York, Plenum Publishers, 1999.

MAGALHÃES, A. S; FÉRES-CARNEIRO, T. A. *Conjugalidade na Série Identificatória: experiência amorosa e recriação do eu*. *Pulsional: Revista de Psicanálise*. v. XVI, nº 176, p. 41-50, dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/176_05.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. *A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes*. *Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano*, v. 17, n. 1, p. 52-63, 2007.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINUCHIN, S. *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NARCISO, I; RIBEIRO, M. T. *Olhares sobre a conjugalidade*. Lisboa: Coisas de Ler, 2009.

POLETTI, M.; KOLLER, S. H. *Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica*. DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (Orgs). *Resiliência e Psicologia positiva: interfaces do risco à proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

SAPIENZA, G.; PEDRONOMICO, M. R. M. *Risco, proteção e resiliência do desenvolvimento da criança e do adolescente*. *Revista Psicologia em Estudo*. Maringá: UMESP, v.10, n.2, p.209-216, mai-ago,2005.

SOUZA, M. T. S; CERVENY, C. M. O. *Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia*. *Revista ciências humanas*, Taubaté, vol. 12.n.2, p 21-29, jun/dez, 2006.

WALSH, F. *The concept of family resilience: Crisis and challenge*. *Family Process*, 35 (Suppl. 3), 261-281, 1996.

WALSH, F. *Fortalecendo a Resiliência Familiar*. São Paulo: Roca, 2005.

YUNES, M.A.M. *Entrevista reflexiva & grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias*. *Revista interamericana de psicologia*. *Interamerican journal of psychology*, v. 39, n. 3, p. 431-438, 2005.